



O descobrimento do Brasil: acaso ou intencionalidade?

Manoel Soriano Neto*

Muito embora o autor, com argumentação substanciosa, séria e fidedigna, defenda a segunda alternativa da pergunta expressa no título, considera bastante salutar que a sua opinião possa ser contestada, por considerar que a *História é justiça e verdade, não se fazendo com conceitos ideológicos, caprichos e subjetivismos.*

Dizia Cícero que a História é a *mestra da vida*, pois *ela é a senhora dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da antigüidade.* E a História, para ser de utilidade ao homem e ter sempre por escopo a verdade e a justiça, deve assentar-se em duas condicionantes: o seu *registro* e a sua *veracidade*; sem verdade, ela se desvirtua, e, sem registros, ela se perde, além de também ser passível de deformação.

Desafortunadamente, são assaz poucos os registros

de nossa historiografia, cujo resgate vem se fazendo muito lentamente, fruto da diligência de uns poucos abnegados, como o Coronel Francisco Ruas Santos, Presidente do Centro de Informações Culturais, no Rio de Janeiro, apesar de seus 85 anos de idade, o mais gigante entre eles.

Necessitamos recuperar as fontes históricas brasileiras, as quais precisam ser dominadas, máxime com a utilização de avançada tecnologia no campo da automação computadorizada e da telemática. O Coronel

Ruas Santos bem nos explica o problema, ao perguntar e responder: *Qual o universo documental a dominar, no caso do passado nacional? Esse universo abrange um conjunto de documentos que, se postos lado a lado, perfariam uns 100km em linha reta. Ele agrega quinhentos milhões de informações significativas. Sua distribuição? Arquivo Nacional (apenas 25km) e mais: Portugal, Espanha, Holanda, França, Rússia, Áustria, Goa, etc., etc. O arquivamento desse acervo documental, do qual não possuímos sequer 30%,*

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Chefe do Centro de Documentação do Exército.

requereria, estimativamente, vinte edifícios de vinte andares, cada um andar de 200m² de área total, trabalho que necessitaria, além de uma paciência chinesa, pessoal especializado e material adequado, tarefa que beiraria à impossibilidade.

Entretanto, se essa mesese grandiosa de documentos for reduzida a disco ótico, nesta era do CD-ROM e do livro eletrônico, tudo estaria solucionado, bastando dizer-se que, se for passada para disco ótico, para acondicioná-la, bastaria uma pequena estante de cinco prateleiras. Resgatar-se-ia, assim, de forma moderna e racional, as fontes do rico passado brasileiro, de cinco séculos, *ad perpetuam rei memoriam*.

A finalidade deste ensaio é a de lembrar alguns aspectos que tanta controvérsia vêm causando, ao longo dos tempos, a respeito do *acaso* ou da *intencionalidade* do descobrimento do Brasil.

Em vista das dificuldades acima expostas quanto ao domínio de nossas fontes históricas, mormente as primárias, nos reportaremos apenas a alguns fatos de realce, já assentes em nossa historiografia, numa verdadeira *limitação da frente*,

para usarmos um conhecido jargão militar, que significa a abordagem somente do julgado essencial de um determinado tema.

Em 22 de abril de 1500, este país-continente foi descoberto, mercê da audácia e coragem do indomável português, quando a frota de Pedro Álvares Cabral aportou na Bahia. Naquele final de século XV (e não XVI, como é correntio dizer-se, o mesmo aplicando-se para o ano 2000, ainda século XX, eis a verdade), acentuava-se, de forma exacerbada, o sentimento de religiosidade.

As tradições do *Condomo Portucalense*, berço da nacionalidade lusa, remontam aos *monges-soldados* das Ordens Militares, que lutaram junto às Cruzadas, contra os mouros invasores da Península Ibérica e profanadores de locais sacrosantos, como o Templo de Salomão, razão pela qual foi criada a esotérica *Ordem dos Cavaleiros Templários*, extinta pelo Papa, em 1319.

Para substituir a *Ordem dos Templários*, o Rei Dom Diniz instituiu a *Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo*. O Infante Dom Henrique, o Navegador, era grão-mestre dessa Ordem e, ao fundar a Escola de Sagres, no

início do século XV, convocou os melhores cavaleiros da Entidade para as grandes navegações marítimas. *Navegar é preciso, viver não é preciso!* Era o apelo, digamos, propagandístico, da famosa Escola, com vistas ao recrutamento e à formação dos melhores argonautas. Tal *marketing*, na realidade, queria dizer que a navegação era segura e precisa, de precisão matemática, ao contrário do que ocorria na existência dos homens. Não se referia ao desprezo pela vida, a qual, então, passaria a ser secundária à arte de navegar; não era o *maktub* (estava escrito) árabe, tão combatido por eles, fervorosos católicos, mas uma motivação científica (os portugueses detinham a mais avançada tecnologia de navegação do mundo) para o ato de singradura pelo desconhecido Mar-Oceano. Fernando Pessoa, posteriormente, deu um sentido poético e fatalista ao *slogan*, o qual passou a ser mal compreendido até hoje.

Por isso, as naus e caravelas de Portugal, que zarpavam para *mares nunca dantes navegados*, conduziam em suas brancas velas, com reverência e orgulho, a Cruz da Ordem de Cristo, pintada em vermelho vivo, cor original da Corporação,

cujas finalidades eram a *expansão do Império e a propagação da fé, até lá bem donde nasce o sol* (a bandeira da Ordem de Cristo foi, até meados do século XVII, a da terra recém-descoberta, nosso amado Brasil). *E, se mais terras houvesse, lá chegara...*

O Brasil foi descoberto, portanto, em decorrência de um ousado empreendimento religioso-militar e comercial-diplomático.

Destarte, o nosso país nasceu sob a proteção da Cruz e da Espada, tanto que o motivo do sermão da *Primeira Missa*, foi o do *signal da cruz*, razão por que o Almirante Pedro Álvares Cabral determinou que se substituísse por uma cruz de madeira, o conhecido padrão de posse, com as armas de Portugal, *apud* Pedro Calmon, in *História do Brasil* (aliás tal ato é bem caracterizado em consagrada aquarela, de Pedro Peres, de título *Elevação da Cruz*, constante do acervo do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro).

TESES EM CONFRONTO: ACASO X INTENCIONALIDADE

O historiador militar Coronel Elber de Melo Hen-

riques, em interessante artigo publicado na revista n.º 79/93, do IGHMB, nos transmite: *Durante trezentos anos os brasileiros aceitaram passivamente a tese do "acaso" para o descobrimento. Quando alguns historiadores começaram a pôr em dúvida essa casualidade, S.M. o Imperador Pedro II, sempre atento aos assuntos culturais, solicitou, na sessão de 15 de dezembro de 1849, do IHGB, o estudo da questão. Eis a pergunta que ele formulou: "O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso?"*

Diga-se que após um ano de pesquisas, nas sessões de 6 e 20 de setembro de 1850, o sócio daquele Instituto, Joaquim Norberto de Souza e Silva proferiu uma histórica conferência, assistida pelo Imperador, na qual concluiu a favor da intencionalidade do descobrimento.

As opiniões de Norberto foram contestadas pelo poeta Gonçalves Dias e, posteriormente, geraram a polêmica que persiste até a atualidade.

Além do já mencionado Antônio Gonçalves Dias, foram profícuos, entre outros, da tese da *casualidade*,

por muito tempo predominante, Frei Vicente do Salvador, Robert Southey e Luiz de Albuquerque; em contrapartida, entre os adeptos da *intencionalidade* posicionaram-se o anteriormente citado Joaquim Norberto, Alfredo D'Escagnole Taunay, Capistrano de Abreu, Jonathas Serrano, Max Fleuiss, Genserico Vasconcelos, Hélio Viana e outros.

Os que empalmaram (e empalmam) a tese da *casualidade* levaram (levam) em conta três fatores para justificar o afastamento de rota da frota de Cabral: as *calmarias*, que ocorreram na costa da África; as *tempestades*, que provocaram uma brusca mudança da rota, previamente traçada, com destino ao continente indiano e/ou, as *correntes marítimas*, contra as quais as naus (que, diga-se, constituíam 2/3 da frota) e as caravelas não possuíam recursos técnicos para arrostá-las.

Ora, apesar da existência das *calmarias* nas proximidades do continente africano, fica difícil de aceitar-se que Cabral e seus experientes pilotos - aduza-se que Portugal foi o primeiro país a navegar astronomicamente - se desviassem de tais fenômenos, de tal maneira

que todo o Atlântico Sul devesse ser atravessado. Diz Hélio Vianna, que *Cabral não veio ter ao nosso país, trazido por um simples desvio de rota. Em sua época, já não se navegava sem rumos prefixados.*

Ademais, os documentos que narram a viagem do descobrimento, não fazem qualquer menção às tempestades e às correntes marítimas.

O parecer que hoje prevalece, entre os maiores estudiosos do assunto, é favorável à *intencionalidade*, com espedaque, basicamente, em três razões. Primeira, o Brasil já era mencionado, associado a Portugal, em cartas geográficas anteriores ao descobrimento, nelas figurando como uma ilha, a Ilha do Brasil. Segunda, a pronta reação de Portugal, quando a Espanha descobriu a América, por Cristóvão Colombo, e que ocasionou, dois anos após, a assinatura do Tratado de Tordesilhas. *Para alguns historiadores, entre os quais Jaime Cortesão, o Rei D. João II ampliou o limite de Tordesilhas na certeza de que se reservava para a posse de seu país, uma grande parte do atual Brasil, já então secretamente visitado pelos seus*

navios, como sentença o historiador Vladimir Menezes in O Descobrimento do Brasil, (Revista do Instituto do Ceará, 1990). Não se afigura inexplicável, portanto, a amistosa recepção que os nossos indígenas proporcionaram aos portugueses da frota cabralina. Terceira, a descoberta de raríssimos documentos (mapas, em especial), por intermédio de moderna tecnologia, com aporte em meios de informática, particularmente em Portugal (Torre do Tombo, Casa de Ínsua, Museus, etc.).

De fato, desde o século XIV, o Brasil aparecia em alguns mapas europeus, como preleciona o historiador Edson Plats de Almeida, da Academia Paulistana de História, alertando-nos que *em documentos do século XIV, existentes em bibliotecas européias, vem sempre o nome "Brasil" ligado ao de Portugal, como no livro The Canterbury Tales, de Geoffrey Chaucer, editado em 1380. E disse mais: No livro Na Margem da História, de autoria de Assis Cintra, com prefácio de Rui Barbosa, no título "O Caso do Descobrimento", deparamos com as seguintes observações: "a descoberta oficial do Brasil deu-*

se no reinado de D. Afonso IV, o Bravo, em 1342, pelo Capitão Sancho Brandão, terra esta que foi batizada, por este Rei, de "Ilha do Brasil", em virtude da grande quantidade de árvores de tinta vermelha aqui encontradas, o pau-brasil. Em 12 de fevereiro de 1343, comunicou este Rei ao Papa Clemente VI, em carta escrita de Montemór, o descobrimento da nova terra, o qual foi registrado nos "Documentos do Archivo Reservado do Vaticano", livro 138, folhas 148/149, com um mapa da região descoberta, no qual se vê a inscrição "Insula do Brasil." Desde essa época, os portugueses monopolizaram o comércio do pau-brasil, vindo da "Ilha do Brasil" (notamos na nossa história oficial, que Cabral foi recebido em paz pelos índios, como se eles estivessem acostumados com as expedições portuguesas) e que também, quando Martim Afonso chegou a São Vicente, em 1532, na dita "expedição colonizadora", aqui já encontrara João Ramalho que vivia na tribo de Tibiriçá, casado e com filhos.

Assim, em face do anteriormente expandido, pode-se afirmar que o Brasil e a

América foram descobertos (fato oficialmente registrado, no Vaticano, sob o papado de Clemente VI), bem antes de 1500. Aliás, o aludido historiador Vladir Menezes, no trabalho linhas atrás citado, afirma que, desde 1351, o Brasil era representado, em cartas geográficas, *por diminuta ilha, quer situada ao lado da Irlanda, ou próximo das Canárias ou mesmo em pleno Oceano.*

Entre os diversos e fidedignos mapas, desde o século XIV e antes de nosso descobrimento (portugueses, franceses, ingleses, italianos, etc.) que traziam a *Ilha do Brasil* neles representada, avulta de importância o de Pero Vaz Bisagudo, que era cópia do primeiro mapa português de registro oficial da nova terra descoberta (existente no Vaticano, como já referido), no qual a *Ilha do Brasil* situa-se a 1550 milhas de Cabo Verde. A esse mapa, se refere, em sua carta ao Rei Dom Manuel, o cosmógrafo e médico da Armada de Cabral, João Martim, datada de 1º de maio de 1500, na qual sugere que o soberano português procure *no mapa de Bisagudo, a verdadeira situação da terra que "Cabral descobriu de novo"*

(as aspas são nossas e tal carta encontra-se na Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, parte 3, maço 2, documento n.º 2).

Infere-se, portanto, que o Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494) foi um instrumento altamente lesivo a Portugal, que já havia rejeitado a *Bula Inter Coetera*, de 1493, estabelecida pelo Papa Alexandre VI, porquanto a descoberta da América nada mais foi do que uma bem urdida farsa, arquitetada pelo rei espanhol e aquele Papa (também espanhol), com a finalidade de prejudicar Portugal, eis que o descobrimento de terras americanas pelos lusitanos era conhecido e aceito pelas principais nações da Europa, muito antes de 12 de outubro de 1492.

Impende lembrar, a propósito do Tratado de Tordesilhas, que uma de suas presumíveis causas teria sido a ação propositada de Cristóvão Colombo, ao descobrir ou redescobrir a América. Para alguns historiadores, Colombo era português, da Ilha da Madeira, e não genovês. O seu nome seria Salvador Fernandes Zarco ou Christoferes Cólón, sendo *Cristóvão Colombo*, apenas um apelido ou codino-

me. Ele, membro da Ordem de Cristo, deveria cumprir uma importante missão secreta, conferida por aquela Entidade (com a anuência de D. João II), que era a de convencer os reis da Espanha para a exploração de uma nova rota marítima rumo às Índias, percurso impossível, porquanto acima da linha equatorial e na direção noroeste. Com este empreendimento, os espanhóis não saberiam da existência de terras, de há muito do conhecimento dos lusitanos. De fato, foram os portugueses que chegaram a Calicute, no continente indiano, enquanto os espanhóis, *iludidos*, chegaram às Antilhas (Colombo afirmava que aportara nas ilhas Cipango, no Japão...) Assim, o *falso genovês* teria cumprido, airosoamente, a missão que lhe foi confiada, que redundou na emissão, pelo Papa Alexandre VI, da *Bula Inter Coetera*, de 1493 - contestada por Portugal - e posterior assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494). Alega esse grupo de historiadores, em favor de sua versão, que Colombo - contratado pelos reis espanhóis - de volta à Europa, seguiu inicialmente para Lisboa, onde manteve um longo encontro com

o Rei D. João II, antes de partir para a Espanha.

A ampliação posterior dos limites de Tordesilhas, pelos portugueses, e luso-brasileiros, mais adiante (*epopéia bandeirista*) foi, portanto, prenhe de respaldo histórico e faz justiça à pátria de Dom Henrique e do Condestável Nun'Álvares, da qual herdamos, com muita honra, valores e tradições.

CONCLUSÃO

O Brasil celebra o seu quinto centenário, nestas viradas do século e do milênio - coincidências que nos levam a crer na predestinação de nosso País e que ele é, de fato, *abençoado por Deus*.

As glórias desses fastos de nossa bela gesta devem-se, fundamentalmente, a Portugal e a Pedro Álvares Cabral, tornando-se irrelevantes as discussões relativas à presença de Duarte Pacheco Pereira, Alonso de Hojeda (acompanhado de Américo Vespúcio), Alonso de Mendoza, Vicente Pinzon e Diego de Lepe, em terras

brasileiras, antes do almirante descobridor e sua poderosa frota, pois a *Ilha do Brasil* já estava, de antanho, vinculada a Portugal e era conhecida em toda a Europa, pelas cartas geográficas, desde, principalmente, a segunda metade do século XIV.

À vista de recentes pesquisas realizadas com o uso de modernos meios cibernéticos e informáticos, máxime na ordenação de fontes primárias, tudo nos indica, à luz de documentos de alta valia, que se tornou vitoriosa a tese da intencionalidade do descobrimento do Brasil (*obra meditada*), cuja argumentação foi brandida pelo confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Souza e Silva, em 1850. A tese oposta, a da casualidade (*achamento*) apresenta-se, hodiernamente, como cediça, configurando-se em um verdadeiro mito.

Entretanto, tal opinião pode ser contestada e isso seria bastante salutar, nesta quadra em que transcorrerá a efeméride do quinto centenário, eis que a *história é justiça e verdade*, não se fa-

zendo com conceitos ideológicos, caprichos e subjetivismos.

Apenas trouxemos à colação, de forma desprezível, sintética e imperfeita, e de escantilhão, argumentos que julgamos de relevância, com vistas a reacender o debate acerca de tema ainda controverso e inconcluso, historicamente.

Por derradeiro, na lembrança e ufana evocação de nossos valorosos avoengos da velha Lusitânia, meditemos nas palavras de nosso primeiro Ministro da Guerra, o ilustre português Conde de Linhares, proferidas em 1808:

O Brasil é, sem dúvida, a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que há, atualmente, mas pelo que pode ser no futuro. A feliz posição do Brasil dá aos seus possuidores, uma tal superioridade de forças, pelo aumento da população que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio que, sem grandes erros políticos, jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais. ●

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Edson Plats - *Quem Descobriu o Brasil?*, Revista Ano Zero, Editora Ano Zero, SP, 1992.
- CABRAL, Francisco Pinto - *O Português Salvador Fernandes Zarco, vulgo Cristóvão Colombo, o Redescobridor da América*, Editora Thesaurus, Brasília, 1993.
- CALMON, Pedro - *História do Brasil*, Editora Nacional, SP, 1947.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo - *Repensando Tordesilhas*, revista A Defesa Nacional, 1º trimestre de 1995.
- COZZA, Dino Willy - *A Marinha Portuguesa no Brasil*, Revista A Defesa Nacional, RJ, 2º trimestre de 1997.
- GALANTI, Pe. Raphael M.S.J. - *História do Brasil* - Duprat e Cia, SP, 1913.
- HENRIQUES, Elber de Melo - *O Descobrimento do Brasil - Comentários*, Revista n.º 79/93, do IGHMB, RJ, 1993.
- MENEZES, Vládir - *O Descobrimento do Brasil*, Revista do Instituto do Ceará, 1990.
- NEGALHA, Jonas - *Quarto Centenário de Raposo Tavares*, periódico Ombro a Ombro, dezembro de 1998.
- POMBO, Rocha - *História do Brasil* - Edições Melhoramentos, SP, 1964.
- SERRANO, Jonathas - *História do Brasil*, F. Briguet e Cia. Editores, RJ, 1931.
- SORIANO ADERALDO, Mozart - *Revisão Histórica*, Revista do Instituto do Ceará, 1990.
- SORIANO NETO, Manoel - *As Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*, Revista do Exército Brasileiro, 2º trimestre de 1997.
- SOUZA, José Helder de - *Como Dom João II enganou os Reis Católicos da Espanha*, Revista do IHGDF, Brasília, 1998.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de - *História Geral do Brasil*, Edições Melhoramentos, SP, 1978.
- VASCONCELOS, Genserico - *História Militar do Brasil*, Imprensa Militar, RJ, 1922.
- Documentos diversos (existentes no Centro de Documentação do Exército - C Doc Ex.).
- VIANNA, Hélio - *História do Brasil* - Edições Melhoramentos, SP, 1982.

"Nada no mundo pode impedir o homem de se sentir nascido para a liberdade. Jamais, aconteça o que acontecer, ele pode aceitar a escravidão, pois ele pensa."

Simone Weil